



Manifestação da SCP acerca da suspensão das atividades escolares presenciais na Grande Florianópolis

A Sociedade Catarinense de Pediatria (SCP), vem a público mostrar a sua preocupação em relação à publicação do decreto do Município de Florianópolis, de nº 22.636, de 15 de março de 2021, no contexto do enfrentamento da pandemia de COVID-19, que afeta diretamente a educação de nossas crianças e adolescentes, pois mantém as escolas públicas municipais sem atividades presenciais, e amplia a suspensão destas atividades em escolas públicas estaduais e na rede privada de ensino, sem estabelecer medidas restritivas às atividades não essenciais, com violação da Lei Estadual nº 18.032/2020.

*Art.2º. Durante o período das 18h do dia 16 de março de 2021 até as 6h do dia 23 de março de 2021, **as aulas nas unidades da rede pública e privada de ensino, incluindo educação infantil, fundamental, nível médio, EJA – educação de jovens e adultos, técnico, ensino superior e pós-graduação, deverão ser ministradas exclusivamente em modo remoto.***

De acordo com este decreto, consideramos que as atividades escolares presenciais, já reconhecidas como atividades essenciais, foram prejudicadas de forma incoerente. Houve privilégio de outras atividades não essenciais em detrimento da educação de nossas crianças e adolescentes.

A situação epidemiológica da COVID-19 encontra-se gravíssima em nosso Estado, com colapso do sistema de saúde. Medidas restritivas são necessárias para diminuir a circulação do vírus e a transmissão da doença, mas não se pode prejudicar a educação de crianças e adolescentes, privilegiando outros setores de serviços não essenciais.

Nas últimas semanas todo o Estado de Santa Catarina encontra-se no pior momento da pandemia. O momento atual é crítico, com aumento acentuado

do número de novos casos, de internações hospitalares e de óbitos, que exige um esforço coletivo no enfrentamento.

A ocupação dos hospitais ultrapassa sua capacidade de atendimento, tanto no sistema público de saúde quanto na rede privada. Desta forma, os cuidados apropriados para os pacientes graves não podem ser realizados, com impacto na evolução da doença, acarretando pior prognóstico com maior número de óbitos e sequelas nos sobreviventes.

Desde o início da pandemia, houve aumento exponencial do conhecimento científico sobre o novo coronavírus (SARS-CoV-2) e da doença por ele causada (COVID-19). Mundialmente, as crianças e adolescentes representam cerca de 8% dos casos notificados, considerando este grupo 29% da população global. A distribuição de casos é menor até 10 anos de idade, sendo mais frequente a infecção em adolescentes. A grande maioria dos pacientes pediátricos com infecção por SARS-CoV-2 apresenta casos sintomáticos leves (febre, tosse seca, fadiga, sintomas gastrintestinais) ou assintomáticos, e por este motivo certamente são subdiagnosticados e subnotificados. Geralmente, necessitam apenas de cuidados de suporte com boa recuperação em uma a duas semanas. Além de adoecerem em menor proporção e de forma mais leve, as crianças têm menor importância na transmissão da doença.

O prejuízo da ausência das atividades escolares presenciais por longos períodos na saúde física e mental das crianças e adolescentes, bem como no seu desenvolvimento cognitivo e socialização são indiscutíveis e com repercussão negativa em toda a sociedade. Portanto, as atividades escolares devem ser tratadas como atividades sociais essenciais e, devido ao menor impacto epidemiológico (as crianças disseminam o vírus numa proporção menor que os adultos, quando respeitadas as medidas de mitigação e monitoramento de casos suspeitos), devem ser as primeiras atividades sociais a serem retomadas após períodos de maior restrição de circulação das pessoas e as últimas a serem suspensas.



Entretanto, em fase gravíssima, com grande disseminação do vírus e colapso do sistema de saúde, há a necessidade de se considerar a adoção de medidas mais restritivas, como a suspensão temporária das atividades não essenciais e até a suspensão temporária das aulas presenciais, como parte das medidas para diminuir a circulação do vírus e o número de casos novos, com consequente diminuição da demanda dos serviços dos atendimentos de urgência e hospitalar e do número de óbitos.

Além da segurança das crianças e adolescentes, há também a preocupação com todos os professores e trabalhadores envolvidos no sistema educacional e com os familiares, considerando o aumento do risco de contaminação, pois mesmo com menor potencial de disseminação, a circulação do vírus também aumentará nas escolas neste momento crítico.

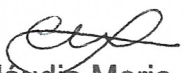
Até o controle da pandemia através da vacinação da população, as medidas de distanciamento físico, uso de máscara, higienização das mãos, adequação dos ambientes são as medidas efetivas disponíveis, que devem ser enfaticamente recomendadas.

No atual momento, medidas restritivas são recomendadas, mas privilegiar atividades consideradas não essenciais em detrimento da educação, das atividades escolares presenciais, é no mínimo incoerente!

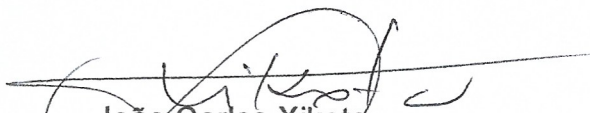
Florianópolis, 17 de março de 2021

Rosamaria Medeiros e Silva
Presidente da Sociedade Catarinense de Pediatria

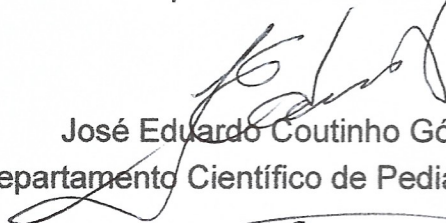



Cláudia Maria de Lorenzo

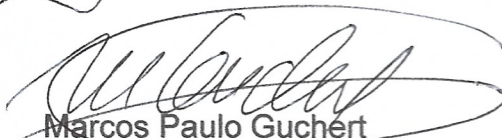
Presidente do Departamento Científico de Saúde Escolar da SCP


João Carlos Xikota

Presidente do Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e
Comportamento da SCP


José Eduardo Coutinho Góes

Presidente do Departamento Científico de Pediatria Ambulatorial da SCP


Marcos Paulo Guchert

Presidente do Departamento Científico de Infectologia da SCP